Secretaria de Administração

Rua Des. Felismino Guedes, 135 - Centro - Cúpira - PE CEP: 55460-000 - Fone: (81) 3738,1370

CNPJ: 10.191.799/0001-02 - e-mail: adm.cupira@gmail.com



o importante é cuidar das pessoas

www.cupira.pe.gov.br

LEI MUNICIPAL Nº 076/2013 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Certinan Commo que foi publicado em losé Ricardo de Araijo Secretário de Administração

Dispõe sobre a desafetação e a autorização para o Poder Executivo Municipal proceder à doação modal (com encargos), logradouro público de propriedade Município de Cupira para instalação e funcionamento da Empresa MARIA APARECIDA DAS NEVES FRANÇA, com nome de fantasia "RAP BOY".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CUPIRA, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições estabelecidas na Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Cupira-PE, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica desafetada de sua destinação original e autorizada à doação modal, área de propriedade do Município de Cupira, no bairro Jardim Independência, às margens da PE - 123, nas proximidades do Pátio de Eventos Natalício Ferreira (Enduro Águas), com 200 metros de comprimento médio, por 100 metros de largura, resultando em uma área total de 20.000 m2, tudo em conformidade com as descrições, plantas, projetos, medidas e cálculos constantes da Prefeitura Municipal de Cupira.

Art. 2° – A área de que trata o artigo anterior será doada à empresa MARIA APARECIDA DAS NEVES FRANÇA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.373.489/0001-35, com sede atual na Rua Dom Expedito Lopes, nº 75, Cupira-PE, CEP 55.460-00, com nome de fantasia "RAP BOY" mediante o cumprimento dos seguintes encargos, a título de contrapartida social:

I - Iniciar a construção, no terreno doado, de nova sede da empresa, no prazo de 6 meses, a contar da data de assinatura da escritura pública de doação;

Secretaria de Administra

Rua Des. Felismino Guedes, 135 - Centro - Cupira CEP: 55460-000 - Fone: (81) 3738.1

CNPJ: 10.191.799/0001-02 - e-mail: adm.cupira@gmail.



o importante é cuidar das pessoas

www.cupira.pe.gov

 II – Transferir para o imóvel a ser construído no terreno doado a sua sede e iniciar as atividade no local, no prazo de 2 anos e 6 meses, a contar da data de assinatura da escritura pública de doação;

III - Manter o número mínimo de 300 empregos formais no empreendimento, a partir do prazo máximo de 3 anos, a contar da data de assinatura da escritura pública de doação.

Parágrafo único - As áreas objeto das doações previstas nesta lei não poderão, durante o prazo de 15 (quinze) anos, ter sua posse ou propriedade transferidas a terceiros.

Art. 3°. - Fica reconhecido o interesse público da doação com encargos ora autorizada para fins de dispensa certame licitatório, a teor do disposto no § 4º do art. 17 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993.

Art. 4º - A doação autorizada por esta lei a lei, far-se-á constando no instrumento condição resolutiva (cláusula de retrocessão), implementada no momento em que a empresa donatária não cumprir os encargos previstos nesta lei, ou, ainda em caso de extinção da empresa donatária, dentro do prazo de 15 (quinze) anos.

§1º – Em caso de implementação da condição resolutiva prevista no caput, a Administração Municipal poderá retomar administrativa ou judicialmente a posse do imóvel, inclusive, de forma liminar, permitindo-se à empresa a retirada dos bens móveis e materiais pertencentes à donatária.

§ 2° - Após retomado o imóvel, na hipótese do parágrafo anterior, a Administração indenizará o donatário pelas benfeitorias que este houver realizado sobre o imóvel, acaso estas venham ser aproveitadas pelo Município ou por terceiros, com sua autorização.

Secretaria de Administração

Rua Des. Felismino Guedes, 135 - Centro - Cupira - PE CEP: 55460-000 - Fone: (81) 3738.1370

CNPJ: 10.191.799/0001-02 - e-mail: adm.cupira@gmail.com

CUPIRA

o importante é cuidar das pessoas

www.cupira.pe.gov.br

§ 3º - Acaso as benfeitorias realizadas pelo donatário não sejam aproveitadas pelo Município ou por terceiros, não será devida qualquer indenização à donatária pelas mesmas, notadamente, quando as mesmas forem demolidas ou, de qualquer forma, destruídas.

Art. 5°. – O registro da doação da área de que trata esta Lei será realizado às expensas do donatário por intermédio de Escritura Pública junto ao Cartório de Imóveis.

Parágrafo único - Fica autorizado, para fins de cumprimento da presente lei, o desmembramento da área a que pertence a área doada.

Art. 6°. – As despesas cartorárias serão de responsabilidade da Empresa donatária.

Art. 7° - Para as despesas decorrentes desta Lei, fica o Chefe do Executivo municipal, autorizado a abrir Créditos Adicionais Especiais no valor necessário para cada caso.

Art. 8º - Os casos omissos e não dispostos nesta Lei, poderão ser objeto de regulamentação por decreto na própria escritura pública de doação.

Art. 9°. – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 11 de dezembro de 2013.

SANDOVAL